



Pix Crédito: Ailos propõe nova modalidade de pagamento digital em parceria com Banco Central

A transformação digital chegou com força nos serviços financeiros. O Pix, ferramenta que permite transferências de dinheiro e realização de pagamentos de forma imediata, foi disponibilizado em 2020 e logo ganhou popularidade. A novidade não levou muito tempo para superar os cartões de crédito e débito como principal forma de pagamento no Brasil levando em conta o volume de transações. Dados apresentados pelo Banco Central continuam mostrando uma trajetória de crescimento no uso do Pix, que já foi utilizado por 90% de quem participou da pesquisa Meios de Pagamentos 2022, elaborada pela Opinion Box. Nesse cenário, o sistema que reúne 13 cooperativas singulares de crédito na região Sul e soma mais de 1,5 milhão de cooperados, idealizou uma proposta de solução de meios de pagamento parcelados utilizando o Pix. Dessa jornada surgiu o Ailos Pix Crédito, uma solução em desenvolvimento que integrou o LIFT Lab 2022. Nascido do Laboratório de Inovação do Sistema, o Ailos Pix Crédito propõe a criação de uma nova modalidade de pagamento parcelado que aproveita a alta adesão do Pix. Além disso, ele também propõe que as taxas de transação sejam

reduzidas para os estabelecimentos. “A ideia é que o novo meio instantâneo de pagamento seja uma alternativa ao cartão de crédito, porém de forma digital e sem a necessidade de uso do cartão físico, simplificando as transações”, explica Juliano Onofre, coordenador de Experimentos de Inovação da Central Ailos. **Desafios** O Pix Crédito nasce com o desafio de aumentar as vendas dos cooperados PJ, ao oferecer uma nova opção baseada na simplicidade e agilidade do Pix, melhorando o fluxo de caixa das empresas. Já para cooperados PF, a solução almeja facilitar as compras e abrir uma nova possibilidade de recebimento de *cashback*. Em relação ao desenvolvimento da ferramenta, um grande desafio é manter o Ailos Pix Crédito na conformidade com as regulamentações do Banco Central que regem o Pix. Um dos pontos de atenção, diz respeito à recorrência da cobrança, uma vez que o Pix permite o cancelamento de transações agendadas. “Será necessário desenvolver um mecanismo capaz de sustentar o compromisso de crédito assumido pelo usuário PF ao aderir à solução, visto que a instituição se responsabiliza por garantir os recebimentos do cooperado PJ”, explica Juliano Onofre. “Um desafio especialmente importante para a viabilização do Ailos Pix Crédito é a elaboração de uma regra de negócio própria, ou a flexibilização das regras atuais do Pix no caso específico do Pix Crédito, de modo a garantir que o usuário PF honre o compromisso de crédito assumido junto à cooperativa ao aderir à solução”, complementa o coordenador. **Desenvolvimento** A ideia do Ailos Pix Crédito surgiu por meio do mapeamento do Laboratório de Inovação da Ailos - e que já teve a história contada aqui no Radar da Inovação. O Laboratório estava se dedicando a estudos sobre movimentos de mercado, agenda de

inovação do Banco Central e a criação de novos meios de pagamentos. Durante a construção da solução no LIFT Lab, uma iniciativa da FENASBAC e do BC para instituições ou pessoas que trazem novas ideias para o setor financeiro, a equipe analisou o mercado para entender como outras instituições do ecossistema financeiro estão lidando com as novas possibilidades de pagamento digital e aplicações do Pix. Depois disso, um grupo multidisciplinar foi formado por especialistas que buscaram entender melhor as funcionalidades do Pix, as demandas do mercado e as oportunidades de negócios. Dessa forma, foi possível desenhar as regras de negócio para o projeto e criar um protótipo de baixa fidelidade. Para os cooperados Pessoa Física, o Pix Crédito funciona como um limite de crédito que, quando aprovado, é concedido por meio da assinatura de um contrato. “É um modelo semelhante ao do cheque especial no que diz respeito a regras de rotativo e cobrança no caso de não pagamento”, explica Juliano Onofre. Com o limite liberado, os cooperados podem, então, fazer compras usando o Pix Crédito como meio de pagamento. A primeira parcela é paga na hora, e as demais vão sendo debitadas mensalmente. Se faltar saldo no dia do pagamento, ocorre a cobrança de juros e taxas. Para os PJs que vão receber o dinheiro, por outro lado, o Ailos Pix Crédito funciona com a geração de um QR Code que será utilizado para cobrar as vendas. “O número de parcelas é combinado entre os cooperados PF e PJ e, assim que o PF paga, o PJ recebe a entrada já com o desconto da taxa da cooperativa e do *cashback*, quando houver”, diz Onofre. Além disso, o *paper* apresentado no LIFT Lab aponta que o Pix Crédito também tem o potencial de: Acelerar a

transformação digital por meio do uso do Pix. Fomentar a competitividade no Sistema Financeiro com um meio de pagamento simples e seguro. Fomentar o desenvolvimento do ecossistema de empreendedores locais e da comunidade. Reduzir taxas para o PJ quando comparadas ao que é cobrado pelas adquirentes de cartões de crédito. Incentivar a Educação Financeira, oferecendo alternativas simples e claras para a gestão do Pix Crédito. Promover a sustentabilidade, uma vez que é integrado a uma carteira digital. **Resultados** A solução foi selecionada para ser desenvolvida no LIFT Lab 2022, e apresentada durante o LIFT Day 2023. A participação representou um marco importante para a Ailos, que contribuiu para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional por meio da inovação com a cara cooperativista. “Destá forma, quando vimos o edital do LIFT, percebemos ser muito convergente com nosso objetivo e ficamos muito felizes em termos sido aprovados para desenvolvê-lo em parceria com a FENASBAC e Banco Central”, conta Juliano Onofre. O Ailos Pix Crédito também mostra a força do cooperativismo de crédito no movimento de transformação digital do setor financeiro. A solução busca, dessa maneira, impulsionar o papel das Cooperativas de Crédito junto ao Sistema Financeiro Nacional. **Próximas iniciativas** O desenvolvimento do Pix Crédito continua. Para o segundo semestre de 2023, o foco está direcionado para os estudos de viabilidade financeira e o mapeamento de cenários possíveis para desenvolvimento do MVP do Produto. Tudo isso levando em conta diretrizes regulatórias do Pix e as recomendações de segurança. “Além de um diferencial para as cooperativas de crédito, a funcionalidade poderá ser incorporada à agenda evolutiva do Pix, beneficiando todo o Sistema Financeiro Nacional como uma inovação no fornecimento de crédito”, destaca o coordenador de Experimentos de Inovação. Além

disso, a Ailos segue acompanhando o mercado de meios de pagamento digitais para oferecer soluções modernas para seus cooperados: “Estamos em plena transformação digital e com certeza a modernização dos meios de pagamento é uma de nossas prioridades, sempre levando em conta a qualidade dos nossos serviços e a segurança para os nossos cooperados”, conclui Juliano Onofre. *Fonte: Inovacoop*



Deputado Gutemberg Reis visita sede do Sistema OCB/RJ

O Sistema OCB/RJ recebeu nesta segunda-feira, 19 de junho, a visita do Deputado Federal Gutemberg Reis, membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) na legislatura 2023-2026. Ele conheceu a sede da instituição, localizada no Centro do Rio de Janeiro, a convite da Uniodonto Metropolitana. Além de conhecer a estrutura e funcionamento das instituições que compõem o Sistema, o parlamentar reafirmou o compromisso com o cooperativismo e discutiu possibilidades de negócios das cooperativas e o desenvolvimento do estado.



Brasil coordenará trabalhos da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul pelos próximos seis meses

A Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) estará sob o comando – pro tempore – do Brasil nos próximos seis meses. A argentina Zaida Chmaruk, vice-presidente do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social, da Argentina, que estava à frente das ações, passou o bastão, nesta quarta-feira (14), ao diretor de Cooperativismo e Agregação de Valor do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Nelson Andrade Júnior, que coordenará os trabalhos do colegiado. Oficialmente, o Brasil assume a partir de 1º de julho. O encontro teve início com a apresentação dos países membros - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – do panorama de desenvolvimento do cooperativismo em cada Nação. Em seguida, os representantes membros trataram da missão internacional para ampliar o acesso ao mercado sul asiático. Os quatro países pretendem impulsionar a venda de seus produtos na Índia, Filipinas e Singapura. O roteiro da missão foi organizado pelo Sistema OCB em parceria com o Ministério da Agricultura e aprovado pelo colegiado para ser aberto as cooperativas dos quatro países. A missão acontecerá no final do mês de outubro deste ano. O grupo teve boas experiências nas missões anteriores realizadas no Sul da África, em 2018, e em Israel, em 2019. “A

RECM fortalece a importância do cooperativismo no âmbito do Mercosul e as parcerias entre os Estados Partes trazem inovações para o setor, uma vez que tratam de temas comuns para todos. Nos próximos seis meses os esforços serão dirigidos para questões de sustentabilidade, valorização da produção, intercooperação e abertura de comércio para as cooperativas. A missão à Ásia é uma estratégia para fortalecer nossa atuação no mercado internacional e, ao mesmo tempo, oportunizar conhecimentos referentes às tendências mundiais para as cooperativas. Para isto, contaremos com o apoio de nossos postos diplomáticos por meio dos adidos agrícolas, com levantamento de produtos que possuem potencial para inserção no mercado do sudeste asiático”, declarou o coordenador Nelson Andrade. No segundo semestre, o grupo também terá reuniões presenciais e a primeira diligência será realizada em Belém (PA) para que os outros países membros participem de uma imersão no cooperativismo do Norte brasileiro. Além de conhecerem as práticas de ribeirinhos e indígenas, está prevista visita à cooperativa referência por seu sistema agroflorestal e consolidado processo de exportação, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta). Esta será a primeira vez que uma reunião da Seção Plenária da RECM acontecerá na Região Norte do Brasil. Outro ponto de destaque da reunião foi a apresentação de iniciativas de selos de origem, de rastreabilidade, de indicação geográfica, entre outros, para promover os produtos das coops do Mercosul. “Estes selos contribuirão com a valorização dos produtos agrícolas e demonstrarão nossos diferenciais para o alcance de novos mercados”, considerou Andrade. **RECM** O Sistema OCB é um dos fundadores do grupo, criado em 2001 com o objetivo de promover a integração entre os movimentos cooperativos do Cone Sul, harmonizar as legislações e promover a cooperação técnica e econômica entre os órgãos

governamentais ligados ao cooperativismo e entidades representativas do coop. A RECM é uma organização internacional mista e conta com membros dos governos e do setor privado. Como a presidência da RECM é pro tempore, a cada seis meses há revezamento entre os quatro países integrantes do Mercosul. O Paraguai assumirá a coordenação do organismo de integração regional em 2024 e, conseqüentemente, da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul.



Sistema OCB, CNARTS e MDIC debatem estratégias para desenvolver segmento de artesanatos

As estratégias para o desenvolvimento socioeconômico das cooperativas que atuam com a produção de artesanatos, além da inclusão financeira e a capacitação de seus cooperados foram temas de debate entre o Sistema OCB, o Ministério e Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (MDIC) e a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS). A diretora de Artesanato e Microempreendedor Individual do MDIC, Raissa Rossiter, e a presidente da CNARTS, Marcia Maria de Oliveira,

foram recebidas na Casa do Cooperativismo pela sua superintendente Tania Zanella, nessa quinta-feira (16). O encontro foi uma solicitação do ministério e da confederação para ouvir as impressões do movimento coop. Tania ressaltou a importância da parceria institucional destes três atores para promover os avanços necessários para o setor, como a construção de políticas públicas para o aprimoramento do marco normativo e trazer maior segurança jurídica aos artesãos. O ministério, por sua vez, entende que o artesanato é um segmento estratégico e precisa de um plano de desenvolvimento socioeconômico para os profissionais do setor. A pasta quer promover ações para diferenciar a prática legítima do artesanato que, segundo a Lei do Artesão (13.180/15), é denominada pelo exercício de atividade predominantemente manual de forma individual, associada ou cooperativa. “Outras práticas manuais como a produção de pão, pesca ou queijo artesanais não estão no rol da atividade”, evidenciou a diretora do MDIC, Raissa Rossiter. A diretora também enfatizou a necessidade de criação de linhas de crédito direcionadas ao segmento, bem como a instituição de um fundo garantidor para “facilitar a inclusão bancária deles e promover avanços no setor em termos de posicionamento de mercado e competitividade”. A superintendente do Sistema OCB endossou que “há previsão, dentro da casa do cooperativismo, para a criação da Câmara Temática do Artesanato, a fim de debater as pautas em voga e propor ações de defesa para os artesãos”. Neste sentido, o MDIC tem em sua alçada o Programa do Artesanato Brasileiro, que tem por objetivo desenvolver e integrar o setor, valorizando o profissional, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico. “Precisamos trabalhar também sob a perspectiva de inteligência e conhecimento para termos uma noção da base de artesãos no Brasil

que estão trabalhando, quais os principais produtos, como se organizam e quais os gargalos do setor”, afirmou Rossiter. Ao final da reunião, as três entidades demonstraram interesse em trabalhar em conjunto – por meio de termo de cooperação técnica – para fortalecer a interlocução estratégica desta agenda, impulsionar o setor e trazer conhecimentos de governança estratégica, bem como formação de lideranças. As instituições desejam realizar ainda oficinas de conselho administrativo e fiscal. “A manutenção de um diálogo permanente com os atores envolvidos para a implementação de políticas públicas e ações afirmativas são fundamentais para valorizar nossos artesãos”, declarou a presidente CNARTS, Marcia Maria de Oliveira. **Iniciativa do Coop** O Sistema OCB conta com Programa de Negócios direcionado a abertura de novos mercados para cooperativas de artesanatos. Em 2023, o foco do programa são as cooperativas do segmento da região Norte. O projeto fortalece o crescimento das coops sob a perspectiva dos negócios com aplicação de treinamentos teóricos e práticos. Integrado ao treinamento, o *Diagnóstico de Negócios* é aplicado a partir de pilares de mercado, verticalização de cadeia, agregação de valor, gestão; produção; e organização do quadro social. A cooperativa tocantinense, Xambiart participa do projeto-piloto que tem evidenciado não apenas os desafios, mas também as potencialidades e oportunidades que a cercam. O apoio do Sistema OCB/TO e a participação de dirigentes e cooperadas ilustram um processo participativo e colaborativo na construção de soluções para os negócios. A Xamiart prioriza, em seu plano de ação, a autogestão e a sustentabilidade econômico-financeira.

Rio
Coop+

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS COOPENERGIA BRASIL.

CNPJ 41.455.568/0001-84 - NIRE 33.4.0005802-0.

O Presidente da Cooperativa de Trabalho de Energias Renováveis COOPEENERGIA BRASIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 13 (treze) cooperados ativos para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 01 de julho de 2023. A assembleia ocorrerá de forma híbrida podendo o cooperado comparecer presencialmente ou participar de forma on-line. Os cooperados que desejarem participar de forma on-line será via APP, cujo link de acesso será disponibilizado a partir do dia 26 de abril de 2023 por meio de E-mail e para os cooperados que optarem por participar presencialmente será no endereço sito a Rua Professor Carmelita Martins; Nº 141 – Bairro: Praça Seca, Rio de Janeiro – RJ. A primeira convocação da Assembleia será às 08h com a participação de dois terços (2/3) do total de cooperados da cooperativa, não tendo quórum instaurar-se-á segunda convocação às 09h com metade e mais um (1/2+1) do total de cooperados da cooperativa e sendo necessário, caso não haja quórum na segunda convocação, instaurar-se-á terceira e última convocação às 10h com quorum de no mínimo 20% do total de cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1- Prestação de Contas dos Exercícios de 2021 e 2022; 2- Destinação dos Resultados dos Exercícios; 3- Eleição de Membros do Conselho Fiscal; 4- Adoção ou não de diferentes faixas de remuneração entre os cooperados; 5- Fixação do valor de honorários aos membros da Diretoria e Conselho Fiscal; 6- Gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios; planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados; organização do trabalho; consoante pauta de assembleia geral espacial obrigatória prevista no artigo 11, caput da Lei Federal nº 12.690/2012; 7- Movimentação do Quadro Social; 8- Eleição de Cargo em Vacância de Membro da Diretoria.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de junho de 2023.

Marcus Vinícius Mello dos Santos
Diretor Presidente

